

**TRABALHO E TURISMO NO PANTANAL/MS: OLHARES PARA A
COMUNIDADE DO PASSO DA LONTRA**

*WORK AND TOURISM IN THE PANTANAL/MS: LOOKS FOR THE COMMUNITY
OF THE PASSO DA LONTRA*

*TRABAJO Y TURISMO EN EL PANTANAL/MS: MIRADAS PARA LA COMUNIDAD
DEL PASSO DE LA LONTRA*

Mara Aline Ribeiro

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Faculdade de Ciências Humanas

mara_aline@yahoo.com.br

Resumo: A atividade turística está em processo de desenvolvimento no Pantanal/MS desde meados do século passado. Considerando a extensão de terras pantaneiras, optou-se por delimitar espacialmente a pesquisa, sendo definida a comunidade Passo da Lontra, localizada na Estrada-parque Pantanal, às margens do Rio Miranda, porque faz parte da gênese do turismo na região. Desde o início da organização para o turismo, a população local vislumbra a possibilidade de ocupação nos empreendimentos turísticos instalados naquele espaço. A pesquisa discute os conflitos e as contradições entre empresários/as e empregados/as do turismo, e apresenta as categorias de trabalho ali empreendidas, com o objetivo de “Compreender as relações de trabalho na atividade turística, travadas entre patroas/ões e empregados/as na comunidade Passo da Lontra”. A metodologia apoia-se na observação participante, em entrevistas estruturadas, ações de campo e análise qualitativa dos dados coletados, referenciada em estudiosos do turismo, da geografia, da história, da sociologia, da antropologia e em pesquisadores/as da especificidade pantaneira. A pesquisa possibilitou a compreensão da engrenagem do trabalho na prática do turismo entre as pessoas que vivem na área da investigação.

Palavras Chaves: Turismo, Trabalho, Pantanal, Empregados/as, Patrões/as.

Abstract: The tourism activity has been under development in the Pantanal/MS since the second half of last century. The community of Passo da Lontra, located on the

Estrada-parque Pantanal, on the banks of the River Miranda was chosen because it is part of the beginning of the tourist activities in the Abrobral Pantanal. Since then the local population sees an opportunity to work in tourist hotels in the region. This research discusses the conflicts and contradictions between businessmen and tourism employees and presents the ways of working, with the objective of "Understanding the working relationship with tourism activities, between employers and employees in the community"; the scientific method used, interviews, field studies and critical analysis, having theoretical reference the tourism, geography, history, sociology, anthropology and researchers from the Pantanal. The research made possible an understanding of the dynamics of work in tourism activities among people living in the study área.

Keywords: Tourism, Work, Pantanal, Employees, Bosses.

Resumen: La actividad turística está en proceso de desarrollo en el Pantanal/MS desde mediados del siglo pasado. La comunidad del Passo de la Lontra, ubicada en la Estrada-parque a las márgenes del Río Miranda fue delimitada espacialmente porque compone la génesis del turismo en el Pantanal del Abobral. Desde entonces la población local ve la posibilidad de trabajo en los emprendimientos turísticos instalados en la región. La investigación discute los conflictos y las contradicciones entre empresarios y empleados del turismo, y presenta los tipos de trabajo de la localidad, con el objetivo de Comprender las relaciones de trabajo en la actividad turística, entre patrones y empleados en la comunidad Passo da Lontra"; metodologicamente apoyada em la observación participante, en entrevistas estructuradas, trabajo de campo y análisis cualitativo de los datos, que se referenció en estudiosos del turismo, de la geografía, de la historia, de la sociología, de la antropología y en los investigadores del Pantanal. La investigación posibilitó la comprensión del engranaje del trabajo en la práctica del turismo entre las personas que viven en el área de la investigación.

Palabras Claves: Turismo, Trabajo, Pantanal, Empleados, Patrones

INTRODUÇÃO

A ocupação do Pantanal por populações não-indígenas data de aproximadamente 200 anos e pode ser considerada recente se comparada a outras áreas do Brasil.

A prática econômica que impulsionou tanto o povoamento quanto a economia, desde então, está relacionada à produção bovina de corte, seja de forma direta, comercialização do gado, ou de forma indireta, com a produção de alimentos para subsistência nas fazendas.

O trabalho na pecuária, até meados do século passado, contava com homens e mulheres que adentraram terras pantaneiras atraídos pela oportunidade de desbravamento de novas terras, de emprego e de moradia; compõem esse grupo indígenas, paraguaios, bolivianos, bandeirantes paulistas, dentre outros.

Até a primeira metade do século XX, o referencial econômico da região era, exclusivamente, a pecuária. A crise na economia brasileira, nas décadas de 1970 e 1980, promoveu mudanças na produção do espaço pantaneiro e no modo de vida da população pantaneira.

A partir dos anos de 1990 os avanços tecnológicos, especialmente dos meios de comunicação, introduziram o Pantanal no mecanismo financeiro mundial, quando os olhares se voltaram para os ambientes naturais. Nesse momento, o território pantaneiro se insere ao mercado nacional e internacional do turismo de pesca e de contemplação.

A nova engrenagem econômica desponta como uma alternativa para os pecuaristas expandirem as perspectivas de lucro, em uma região com expressiva extensão de terras e com fauna e flora exuberantes.

O Pantanal tem aproximadamente 140 mil quilômetros quadrados, distribuídos entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e, quando somados à área localizada na Bolívia e no Paraguai, configuram-se como a maior planície alagada do mundo. O estado do Mato Grosso do Sul responde por 64,64% do território do Pantanal (SILVA & ABDON, 1998), então, considerando a vastidão de terras, optou-se como delimitação espacial da pesquisa, o Pantanal do Abobral (Figura 1), mais especificamente da comunidade pantaneira conhecida como Passo da Lontra.

Figura 1 - A subdivisão do Pantanal com destaque para a delimitação espacial da pesquisa –Pantanal do Abobral



Fonte: <http://www.pantanaltotal.com.br/>

O delineamento se justifica porque a comunidade é composta por pessoas de baixa renda, com mão de obra excedente para prestar serviços, de baixo custo, aos proprietários dos ranchos de pesca e das pousadas.

Localizada às margens do rio Miranda e da Estrada-parque Pantanal, a comunidade do Passo da Lontra data da primeira metade do século passado, quando servia de entreposto comercial e ponto de paragem para fazendeiros e peões que trafegavam pela então estrada Transpantaneira. A partir da década de 1980 a localidade expandiu, ampliou o número de casas construídas sobre palafitas e de moradores, atraídos pela perspectiva de colocação no crescente mercado do turismo. O pesquisador Oliveira (2017) situa espacialmente o lugar:

O Passo das Lontras situa-se às margens do rio Miranda, a nove quilômetros do Buraco das Piranhas junto à BR-262. Tem sido considerado um dos pontos de referência para pescadores e ecoturistas da Estrada-Parque Pantanal. A comunidade ribeirinha, [...] possui em torno de 30 moradias que abrigam cerca de 264 pessoas. Distante 130 quilômetros de Corumbá e 113 quilômetros de Miranda, a comunidade permanece em

situação de relativo desamparo, especialmente no acesso à infraestrutura de serviços coletivos básicos (OLIVEIRA, 2017, s/p).

Ao balizar a área de pesquisa foi possível estabelecer o objetivo geral da pesquisa: “Compreender as relações de trabalho com o turismo, travadas entre patroas/ões e empregados/as na comunidade Passo da Lontra”. Para tanto, foram elencados os seguintes objetivos específicos: conhecer a gênese do trabalho com o turismo na região do Passo da Lontra e identificar os sujeitos da ação.

O caminho metodológico partiu do levantamento bibliográfico, da observação do local, de atividade de campo, de entrevistas semiestruturadas com os/as moradores do local, organizadas de forma flexível, em formato de conversa, considerando que “Um roteiro deve ser feito de maneira a abrir as possibilidades de exploração e aprofundamento, em um encadeamento lógico que permita a continuidade da conversa” (SPINK, 2014, p. 69).

Foram estabelecidos critérios para a seleção dos sujeitos da pesquisa, como, por exemplo, morar na comunidade do Passo da Lontra há, pelo menos, seis meses, exercer alguma função direta ou indireta no turismo ou no comércio local.

Para investigar o objeto de estudo optou-se pela abordagem qualitativa, a partir de uma perspectiva social e econômica da região, respaldados em autores como Santos (1991, 2008), Moreira (2011), Antunes (1995, 2004) Porto-Gonçalves (2006), Harvey (2005), Smith (1998), Sousa Santos (2002), Roca (2011), Lefebvre (1991), Chesnais (1996) e estudiosos da especificidade pantaneira, como Ribeiro (2015), Banducci Jr (2007), Vargas (2010), Araújo (2009), Eudes (2003).

Os dados foram analisados referenciados na ciência geográfica, entremado por outras ciências, tais como: a economia, a sociologia, a antropologia e a história.

A construção do artigo está permeada por reflexões acerca do universo do trabalho no Pantanal e das relações sociais e econômicas travadas entre gentes pantaneiras¹, advindas de uma reconfiguração territorial e de produção a partir da década de 1970.

¹ Neste artigo a expressão “gentes pantaneiras” refere-se aos homens, mulheres e crianças que vivem e produzem no Pantanal, independente da origem.

TRABALHO E GENTES PANTANEIRAS: CONFLITOS E CONTRADIÇÕES

A despeito da importância do criatório bovino para o Pantanal, desde meados do século passado, a implantação de elementos fixos e fluxos (Santos, 2008), como, por exemplo, a pavimentação asfáltica da BR 262, o título de Patrimônio Natural da Humanidade - concedido pela UNESCO -, a criação da Estrada-parque Pantanal, a construção de pousadas, o reencantamento pela natureza e a exposição midiática (promovida pela exibição de telenovelas no exterior), para atender a atividade em expansão, conduziram o Pantanal ao mundo globalizado. Impulsionado pelo avanço das tecnologias, sobretudo de comunicação, o novo ordenamento econômico se inseriu na região e influenciou nas relações sociais, econômicas, culturais e profissionais das gentes pantaneiras, projetando o Pantanal no cenário mundial de roteiros em ambientes naturais.

A partir de então, a região passou a ser comercializada como um “paraíso” com características singulares a outras regiões do planeta, conduzindo turistas à proposta de contato com a natureza e com o modo de vida das pessoas que ali vivem. Independentemente da percepção idílica, os “olhares” do mundo se voltaram para o Pantanal, pois

No fim do século XX e graças aos avanços da ciência, produziu-se um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária (SANTOS, 2008, p.23).

O interesse de turistas brasileiros e estrangeiros, inicialmente pela pesca e, posteriormente, também, pela contemplação, destravou as “porteiças” pantaneiras para diferentes modalidades de trabalhadores.

A segunda metade do século passado caracterizou-se pelo avanço do capitalismo, da globalização, do acesso à informação, da mídia e pela busca por novos lugares com potencial para investimentos e extração de lucro, despertando o interesse tanto de empresários e empregados do turismo, quanto de turistas para a região, alterando as relações sociais e profissionais da população local.

A preparação do Pantanal para receber os turistas desencadeou em um reordenamento territorial e profissional na comunidade do Passo do Lontra. O então trabalhador da pecuária de corte precisou ser distribuído e/ou realocado para atender, também, ao turismo, considerando o interesse financeiro dos proprietários de terras em tal prática.

Para o/a trabalhador/a, o atendimento, também, aos turistas não representava aumento salarial ou privilégios, configurava, única e exclusivamente, ampliação do expediente, inculcada entre essas pessoas como ascensão profissional.

Durante as imersões a campo foi possível observar duas categorias de trabalhadores do turismo: a primeira é a das pessoas envolvidas diretamente no trabalho com o turismo, como camareiras, cozinheiras, pilotos, garçons, isqueiros, monitores ambientais; a segunda, não menos importante, porque respalda a primeira categoria, é composta por pessoas que trabalham indiretamente com o turismo, tais como: cuidadores das crianças, professores, eletricitas, pedreiros, marceneiros, comerciantes, mecânicos, lavadeiras, dentre outras. No texto, emprego indireto se respalda na afirmação de que

[...] postos de trabalho que surgem nos setores que compõem a cadeia produtiva, já que a produção de um bem final estimula a produção de todos os insumos necessários à sua produção. [...] o aumento de demanda em um setor específico provoca um aumento de produção não apenas do setor, mas ao longo de toda a cadeia produtiva (NAJBERG & PEREIRA, 2004, p.01).

A definição das categorias de trabalhadores/as desencadeou a seguinte indagação: as pessoas envolvidas no trabalho indireto se reconhecem como parte da engrenagem econômica ou da cadeia produtiva do turismo?

O questionamento se justifica a partir da compreensão de que determinados empregos indiretos ocupados, habitualmente, por mulheres, são considerados pelas executoras, simplesmente como “ajuda”, a despeito de gerarem renda. Porém, segundo o dicionário Aulete (2004), ajuda é “aquilo que se faz para alguém de graça, sem obrigação de retribuição, favor, obséquio”, logo, se as ações demandam algum tipo de remuneração, não se configuram como ajuda e sim como trabalho indireto.

As peculiaridades do viver pantaneiro e o desemprego estrutural inseriram mulheres e homens sem colocação no mercado de trabalho, no contexto do trabalho informal, compreendido por essas pessoas como “ajuda”.

Esse formato faz parte da dinâmica pantaneira, seja da filha ao ajudar a mãe nos afazeres domésticos das fazendas de gado sem remuneração ou, a partir da década de 1980, quando as mulheres iniciaram o serviço nas pousadas e nos ranchos de pesca, e precisavam deixar as crianças aos cuidados de outras pessoas; conforme observado² em conversa informal com um pantaneiro: “Hoje eu estou cuidando das crianças, as mulheres vão trabalhar e eu fico em casa, olho as crianças e cuido da casa, assim é bom que elas (crianças) não ficam sozinhas por aí”.

A despeito de os sujeitos envolvidos nessa configuração laboral compreenderem a ação apenas como um favor feito à/ao colega, trata-se de serviço indireto, pois, mesmo não possuindo uma remuneração mensal regular, existe uma relação comercial entre as pessoas envolvidas. As palavras do entrevistado respaldam a afirmação: “[...] sempre minha colega dá um dinheirinho, duzentos ou trezentos reais por mês. Eu cuido das crianças, dou uma limpada na casa e lavo uma roupinha”.

Esse movimento corresponde à crescente busca das mulheres por uma ocupação no mercado:

É evidente que a ampliação do trabalho feminino no mundo produtivo das últimas décadas é parte do processo de emancipação parcial das mulheres, tanto em relação à sociedade de classes quanto às inúmeras formas de opressão masculina que se fundamentaram na tradicional divisão social e sexual do trabalho (ANTUNES, 2009, p. 109).

O advento das atividades diretas e indiretas deu origem a novas funções no Pantanal, desencadeadas pela evolução econômica e pelo tempo histórico.

A partir dessa afirmação, compreende-se que o progresso temporal alterou a forma e a função do trabalho, conduzindo trabalhadoras/es pertencentes à comunidade do Passo da Lontra a uma readaptação profissional para atender a cadeia produtiva do turismo.

² Neste artigo, a autora utiliza o método de observação para respaldar as citações, apoiada em Bossi (2001).

A integração do Pantanal ao mundo globalizado, a partir da década de 1980, gerou na região uma série de transformações sociais, econômicas, culturais e com a natureza, propiciada, sobretudo, pela intensificação do fluxo de pessoas e acesso aos meios de comunicação. Porém, ainda hoje é possível encontrar características de relações mais rudimentares, presentes desde o início da implementação da pecuária de corte na região, como, por exemplo, a contratação de empregados a partir de acordos verbais.

Para se manterem nos cargos, homens e mulheres abdicam dos direitos trabalhistas (carteira de trabalho assinada, décimo terceiro salário, férias remuneradas) e passam a exercer tarefas remuneradas como diárias, ou seja, recebem pelo dia trabalhado ou, na fala de um entrevistado, como “*frila*” (gíria utilizada em referência às pessoas que trabalham como *freelancer*, palavra da língua inglesa para denominar o profissional autônomo, sem vínculo empregatício), isentando os patrões dos encargos legais. Uma pantaneira entrevistada assevera:

[...] aqui (na pousada) eles não registram, trabalhei oito meses, pedi para assinar a carteira e me mandaram embora. Falaram assim: ‘Não adianta, não afeta nada do seu pagamento’. Mas e se a gente machuca, como fica, se eles não dão nem remédio?

A falta de um contrato formal deprecia tanto o serviço a ser executado, quanto o trabalhador/a porque “Empregos com contratos formais de trabalho são considerados na literatura como ‘bons empregos’, enquanto aqueles sem contrato de trabalho, ou informais, são considerados ‘maus empregos’” (ARBACHE, 2001, p.55). Partindo dessa perspectiva, é possível observar, na região pantaneira, a prevalência de atividades profissionais eminentemente inferiorizadas, caracterizadas como subempregos.

As especificidades sociais, econômicas e culturais no Pantanal conduzem à compreensão de ascensão profissional, por parte dos empregados do turismo, em detrimento aos contratados das fazendas. Porém, nos meandros das relações de trabalho, a “ajuda”, o “favor”, a diária e os acordos salariais, representam a precarização da atividade profissional revestida pelo *status* de “trabalhadores/as do turismo”.

A prática turística reproduz, em parte, o modelo das fazendas de gado, como, por exemplo, a jornada diuturna, de domingo a domingo, da preparação do café

da manhã, aos passeios, do jantar aos serviços gerais, inclusive a manutenção das pousadas (rede elétrica e hidráulica, barcos, carros, motores e o trato dos animais), com curtos períodos de folga conforme conveniência dos patrões ou dos/das gerentes das pousadas.

Este século acentuou o processo de urbanização do campo e inseriu no Pantanal uma categoria, até então, tipicamente urbana - a terceirização do trabalho. “São os terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global” (ANTUNES & ALVES, 2004, p. 337). Em outro estudo, Antunes (2015) assevera que:

Hoje estamos à frente de um novo vilipêndio em relação aos direitos do trabalhador no Brasil, cujo significado tem requintes comparáveis à escravidão. Descontentes com os poucos direitos conquistados pela classe trabalhadora, os capitais exigem a *terceirização total* do trabalho, conforme consta de modo cabal no PL 4330 (depois modificado para PLC 30/2015) (ANTUNES, 2015 p. 08).

Em 2017 o governo sacramentou a *terceirização total*, que dá margem a situações de trabalho mais ultrajantes e fraudulentas.³

O relato de um pantaneiro, em referência à função da esposa, caracteriza o viver profissional local subjugado:

Aqui o pessoal da cozinha e da limpeza é *tudo* terceirizado, eles registram as mulheres *tudo* como auxiliar de cozinha, mas elas fazem o serviço de cozinheira. Isso é porque *paga* menos *prá* auxiliar de cozinha. E é bem diferente o serviço de auxiliar de cozinha e de cozinheira. Aqui não tem ninguém registrada como cozinheira.

A diferença entre o piso salarial de uma auxiliar de cozinha e de uma cozinheira, em 2018 no Mato Grosso do Sul, é de cerca de 20%, porém os encargos trabalhistas aumentam na mesma proporção, logo, para o empregador, o contrato de

³ Esse projeto tramitava desde 1998, proveniente do governo Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/2017-03-23/lei-terceirizacao.html>> Acesso em: 29 set 2018.

uma cozinheira representa maior custo. Os patrões ainda contam com a insegurança das trabalhadoras que aceitam o piso salarial menor, sob pena de ficarem desempregadas.

Para completar o ciclo da opressão, segundo palavras de um entrevistado, as denúncias na Justiça do Trabalho não se concretizam porque “[...] os ‘cara’ da justiça de Corumbá são da maçonaria e amigos dos patrões, assim as coisa não vão *prá* frente”. A despeito da séria acusação carecer de comprovação, a dificuldade de conseguir emprego na região após um processo trabalhista é real.

O sistema capitalista compreende o trabalho terceirizado como uma forma de minimizar os custos e maximizar o lucro, sem considerar as pessoas que prestam serviço no local. Em entrevista, um pantaneiro afirma que “Não existe relação de trabalho, não. É só funcionário trabalhando sob pressão, (para o patrão) quanto menos ele *pagá pro* funcionário, melhor. *Tudo os patrão* são a mesma coisa, parece coisa combinada entre eles”.

No bojo das funções desregulamentadas, a comunidade do Passo da Lontra convive, também, com atravessadores e intermediários, atuando entre o produtor e o comprador. Na região delimitada para a pesquisa, os isqueiros, profissionais coletores de isca para pesca, que vivem em grupos familiares à beira da rodovia, em condições precárias, são reféns desse tipo de agentes, que compram a produção a preços irrisórios e vendem ao turista ou ao proprietário dos ranchos de pesca com até 100% do valor repassado ao isqueiro.

Considerando a dificuldade de transporte, para negociar diretamente com o comprador, a condição de vulnerabilidade e a mercadoria perecível - “isca viva”, os atravessadores se colocam como elementos facilitadores da comercialização dos produtos com as pousadas e ranchos de pesca. Caso contrário, os isqueiros estarão sujeitos à perda da produção.

Os diferentes formatos que o trabalho assume na comunidade do Passo da Lontra se respaldam no despotismo, na desregulamentação, no desgaste físico e emocional de pessoas, desprovidas de direitos trabalhistas e sem reconhecimento econômico por parte dos patrões. A funcionária de uma pousada afirmou em entrevista:

A gente faz tudo. No final do mês, o patrão não dá nem dez *real pro* o refrigerante. *Pagá* algum extra? Rá, rá, rá. A gente acorda 5h *pra fazêo* café da manhã *pro* turista. Eles fazem a gente

assiná um papel que a gente pega 8h no serviço, larga 11h30, sendo que 11h a gente *tá* servindo o almoço. Diz que nós *pegamo* 2h da tarde e que encerra às 6h. Aí se você for “*caçá*” seus *direito*, porque, claro se você acorda no escuro e vai *dormí* 11h (23h), meia noite, *tá* errado, eles *enlouquece*.

A grave denúncia, sobretudo do excesso de horas trabalhadas, mostra o conflito e a privação da gente pantaneira ao sentirem-se reféns dos patrões, pois alegam tal costume em todas as pousadas, deixando-os sem alternativas, ou aceitam as condições impostas, ou ficam às margens da movimentação econômica local.

A alienação o é ainda mais intensa nos estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho *part-time* e temporário (ANTUNES & ALVES, 2004, p. 348).

No depoimento abaixo é possível detectar outro formato de alienação das pessoas. Ao ser questionada quanto ao motivo da permanência na pousada a auxiliar de serviços gerais respondeu:

Por causa da minha patroa, eu gosto muito dela. Eu queria ir embora, tem vez que eu falava: “Eu vou embora”; arrumava tudo minhas *coisa*, aí chegava na hora, que eu olhava *pra* ela e dava uma dor no coração e eu ficava. Pelo serviço não, mas por ela. A patroa me ensinou tudo. Eu lavava, passava, limpava a casa dos *patrão*, cozinhava, fazia tudo o que precisava. Ganhava o **salário**, a patroa me **dava** muita **roupa** e **calçado** também (grifos da autora).

A análise da entrevista, referenciada no modo de produção capitalista, expõe a fragilidade da empregada, porque roupas e calçados não são itens considerados como “salário indireto⁴” ou complementação salarial mensal, trata-se, simplesmente, de peças usadas a serem oferecidas, para qualquer pessoa, em doação esporádica. Abaixo, trechos

⁴ Salário indireto, salário *in natura* ou salário utilidade, esses são os nomes dados ao conhecido plano de benefícios oferecido pelas empresas.

do Artigo 458 da Consolidação das Leis do Trabalho de 1943, que asseveram o direito ao salário para o prestador de serviço:

Art. 458 - Além do **pagamento em dinheiro**, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações "in natura" que a empresa, por força do contrato ou do costume, **fornecer habitualmente ao empregado**.

[...]

§ 2º Para os efeitos previstos neste artigo, **não serão consideradas** como **salário** as seguintes utilidades concedidas pelo empregador:

I- **vestuários**, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço;

II- **educação**, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático;

III- **transporte** destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público; [...]

(**DECRETO-LEI N.º 5.452, de 1º de Maio de 1943**, grifos da autora).

O recebimento de um salário compatível oportunizará ao empregado a aquisição das mercadorias necessárias para manutenção pessoal, sem depender da “caridade” dos patrões, e proporcionará a superação da relação de submissão no Pantanal.

Na contramão das leis, os empresários do turismo detectam a vulnerabilidade da população local e imprimem os interesses da empresa, com discursos falaciosos de relações familiares ou promovendo um sentido idílico de proximidade com as gentes pantaneiras.

Nesse sentido, a degradação nas condições de trabalho, aliada ao descompromisso dos empregadores, a ausência de fiscalização dos órgãos competentes e a falta de dinheiro para o deslocamento até a cidade em busca de justiça do trabalho

gratuita, mantém homens e mulheres, empregados dos empreendimentos turísticos na comunidade Passo da Lontra, submetidos aos desmandos de patrões autoritários, respaldados pela condição econômica e social privilegiada e pela certeza da impunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de povoamento do Pantanal foi impulsionado pela pecuária, responsável pela manutenção do estado de Mato Grosso do Sul entre os principais produtores do rebanho bovino do país até os dias de hoje.

No início do século XX, nas fazendas de gado, patrões e peões mantinham uma relação próxima e harmônica, a despeito de serem conhecedores da condição hegemônica, hierárquica e econômica entre eles, pois dividiam o mesmo espaço de convívio por longo período de tempo, considerando as circunstâncias de difíceis acessos às fazendas.

Com o avanço do capitalismo e o processo de globalização, sobretudo a partir da década de 1970, a totalidade do mundo vislumbrou na região pantaneira uma possibilidade de flexibilização para novos mercados e estabeleceu a atividade turística como um dos elementos a se apresentar à economia mundo, além de ser uma alternativa de complementação de renda para os empresários da pecuária.

O processo de “abertura” para uma nova modalidade econômica desencadeou a entrada da região no mercado internacional e ampliou as perspectivas de investimento e retorno financeiro:

No capitalismo, [...], o acesso aos recursos existentes na natureza passa por relações mercantis, visto que sua apropriação pelo capital implica a eliminação de sua "gratuidade natural". Portanto, a incorporação da natureza e do próprio homem ao circuito produtivo é a base para que o capital se expanda (OLIVEIRA, 2002, p. 22).

No Pantanal é possível a prática de diversas modalidades de turismo, porém, o de pesca e o contemplativo se destacam.

A comunidade do Passo da Lontra vivencia as alterações do mundo do trabalho sem um posicionamento crítico sobre as condições impostas, a partir de um

olhar de submissão, com certa letargia e conformismo às determinações do sistema econômico e social; sem se reconhecerem como sujeitos de reivindicações e de mudanças, simplesmente porque são detentores da vivência pantaneira.

As peculiaridades do viver na região “constroem” mapas mentais dos caminhos dos rios, da toca dos felinos, dos “berçários” dos pássaros, da localização das iscas e dos peixes, etc, e coloca o pilotoiro, a isqueira, os monitores ambientais, dentre outros, na condição denominada por Bonnemaïson (2002) de geossímbolos, porque são conhecedores dos períodos de cheias e vazantes, do verão quente e úmido, da hostilidade do ambiente e das especificidades do lugar. Nesse sentido, pode-se considerar que os pantaneiros e a pantaneiras estão capacitados/as empiricamente para viver e trabalhar na maior planície de inundação do mundo.

A inserção de trabalhadores de outras regiões do estado e do país reflete em uma expressiva rotatividade de pessoas entre as pousadas que margeiam a Estrada-parque, como consequência da falta de experiência com a realidade posta. No modo de produção capitalista, a demasiada alternância de profissionais gera cidadãos sem referências, sem o sentimento de pertença, conseqüentemente, engendra conflitos e contradições entre a equipe de trabalho e a administração dos empreendimentos turísticos.

O turismo inseriu novos sujeitos, reordenou a produção local, alterou as formas de trabalho, implementou novas modalidades profissionais, interferiu nos interesses e nas escolhas profissionais das/os moradores/as do local; enfim, transformou o cotidiano de homens, mulheres e crianças que vivem e produzem no Pantanal.

Compreender as relações de trabalho com o turismo no Pantanal vai além de conhecer a gênese da atividade ou identificar os sujeitos da ação, perpassa pelo ideal imaginário da comunidade Passo da Lontra em relação ao mundo do trabalho.

Sendo assim, as novas relações profissionais e o modo de viver das gentes pantaneiras se metamorfosearam para atender a demanda imposta, mesmo com os resquícios de tempos passados que resistem e permanecem nos dias atuais.

Nesse universo, patrões e empregados/as reconhecem os direitos e deveres atribuídos a ambos, porém, no interior da sociedade capitalista, os empregos formais, com carteira assinada e direitos trabalhistas garantidos, ainda dão espaço aos acordos salariais verbais, ao trabalho precarizado e a hegemonia dos patrões, em uma

comunidade composta por trabalhadores e trabalhadoras submissos/as e subjugados/as aos interesses de uma classe historicamente opressora.

A dinâmica pantaneira vai além das relações sociais, profissionais, econômicas e culturais, expandindo-se ao âmbito da pesquisa de forma contínua, porque os resultados apresentados em determinado momento da produção científica podem, em curto período de tempo, se resignificarem como os ciclos das águas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3 ed. São Paulo, SP: Cortez, 1995.

_____. A sociedade da terceirização total. **Revista da ABET**. Recife, PB, v. 14, n. 1, Janeiro - Junho de 2015.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

ARAÚJO, A. P. C. Do espaço vivido ao sonho construído: identidade territorial e turismo na estrada parque Pantanal (MS). **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**, MS, nº 9, Ano 6, Maio 2009.

ARBACHE, J. S. **O Mercado de Trabalho na Atividade Econômica do Turismo no Brasil**. Brasília, DF: Ed. Unb, 2001.

BANDUCCI JR., Á. **A Natureza do Pantaneiro:** Relações sociais e representações de mundo no "Pantanal da Nhecolândia". Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2007.

_____. **Catadores de isca e o turismo da pesca no Pantanal Mato-grossense**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2006.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L. & ROZENDAHL, Z. (orgs.). **Geografia Cultural: Um século (3)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. p.83-132.

BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 9 ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2001.

CLAVAL, P. **De la terre aux hommes: lá géographie comme vision du monde**. Paris: Armand Colin, 2012.

- CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. Trad. Silvana FinziFoá. São Paulo, SP: Ed. Xamã, 1996.
- DISCIONÁRIO AULETE. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/>. Acesso em: 25 set. 2018.
- FRANK, A. G. The development of underdevelopment. In: ROBERTES T. J. & HITE, A. (eds.) **From modernization to globalization**. Oxford: Blackwell Publishers, 2002.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Trad. Carlos Szlak. 2. ed. São Paulo, SP: Annablume, 2005.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo, SP: Ática, 1991.
- LEITE, E. F. **Marchas na história: comitivas e peões boiadeiros no Pantanal**. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.
- MAMEDE, S. **Interpretando a natureza: subsídios para a educação ambiental**. Campo Grande, MS: Ed. UNIDERP, 2002.
- MOREIRA, R. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas da relação**. São Paulo, SP: Ed. Contexto, 2011.
- NAJBERG, S.; PEREIRA, R. O. **Novas estimativas do modelo de geração de empregos do BNDES**. 2014. Disponível em: <http://investimentos.gov.br/>. Acesso em: 10 mai. 2017.
- NOGUEIRA, A. X. **Pantanal, homem e cultura**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2002.
- OLIVEIRA, M. S. **Estrada parque Pantanal e o conhecimento tradicional das comunidades locais na potencialização do desenvolvimento territorial**. Campo Grande, MS. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, 2016. (Mestrado em Desenvolvimento Local).
- OLIVEIRA, A. M. S. Relação homem/natureza no modo de produção capitalista. **Cuadernos de Geografía Humana**, Barcelona/Espanha, v. VI, n. 119, p. 1-9, ago, 2002.
- PANTANAL TOTAL. Disponível em: <http://www.pantanaltotal.com.br/>. Acesso em: 23 mai. 2017.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2006.

RIBEIRO, M. A. **Entre cheias e vazantes: a produção de geografias no Pantanal.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2015.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade.** Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1979.

_____. **Metamorfose do espaço habitado.** 2 ed. São Paulo, SP: Ed. Hucitec, 1988.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico-informacional.** 5. ed. São Paulo, SP: Ed. EDUSP, 2008.

SILVA, J. S. V.; ABDON, M. M. **Delimitação do Pantanal brasileiro e suas sub-regiões.** Pesquisa Agropecuária Brasileira. Brasília, DF. 33 (número especial). Out. 1998, p. 1703-1712.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual.** Rio de Janeiro, RJ: Ed. Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA SANTOS, B. DE. **A globalização e as ciências sociais.** 4. ed. São Paulo, SP: Ed. Cortez. 2011.

_____. Desigualdad, exclusión y globalización: hacia la construcción multicultural de la igualdad y la diferencia. **Revisita de Interculturalidad**, n. 1, octubre 2004 - enero 2005. Universidad de Chile, Santiago, Chile.

_____. **Globalizations: Theory, Culture & Society.** Disponível em: <http://tcs.sagepub.com>.

SPINK, P. *at all* (2014). Documentos de domínio público e a produção de informações. In: SPINK, M. J. P. *at all* (Orgs.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais [publicação virtual].

ROCA, Z.; CLAVAL, P.; AGNEW, J. **Landscapes, identities and development.** Edited by: Ashgate. 2011. p.cm.

ROCA, Z.; LEITÃO, N. & OLIVEIRA, J. O. **Identity and developente: from topophilia to terraphilia.** 2009. Disponível em www.elsevier.com/locate/landusepol

Terceirização: entenda o Projeto de Lei aprovado por Michel Temer. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2017-03-23/lei-terceirizacao.html/>>. Acesso em: 29 set. 2018.

VARGAS, I. A. **Porteiras assombradas do paraíso.** Campo Grande/MS. Ed. UFMS, 2010.

Recebido para publicação em outubro de 2018

Aceito para publicação em novembro de 2018